

Congresso desarmado

RICARDO A. SETTI

Costuma-se dizer, do parlamento, que se trata de um poder desarmado. É, no caso, um elogio: contra a força bruta das tiranias, a ameaça troglodita de golpes e quarteladas, a escuridão dos totalitarismos, um parlamento livremente eleito só tem a força moral e política de sua origem popular. No caso do Congresso brasileiro, é um poder desarmado ao pé da letra — inclusive de recursos para exercitar corretamente suas funções.

Os deputados e senadores eleitos pela primeira vez em outubro passado puderam constatar essa situação antes mesmo de assumir. Na verdade, no próprio dia da eleição, no curso de uma maratona de entrevistas transmitidas pela televisão, diversos candidatos com boas chances de emplacar um mandato já se diziam apreensivos com o que iriam encontrar em Brasília.

Quem estivesse nos estúdios da **Rede Bandeirantes** em São Paulo, por exemplo, perceberia, sobretudo em conversas informais com candidatos de primeira viagem, como o hoje deputado João Mellão (PL-SP), ou jovens deputados rumando para um segundo mandato, como Fábio Feldman (PSDB-SP), a preocupação com a falta de assessoria técnica conveniente. Esse apoio logístico lhes parecia indispensável ao esforço para que Câmara dos Deputados e Senado deixassem de ter o papel decorativo que lhes foi destinado pela ditadura militar e passassem a exercitar a considerável soma de poderes e atribuições que receberam da Constituição de 1988.

Pois bem, essa situação de desarmamento técnico do Legislativo está materializada num documento fundamentado, com a assinatura de nada menos que 254 deputados de todos os partidos, encaminhado à comissão criada pelo presidente ÍbSEN Pinheiro (PMDB-RS) para melhorar o funcionamento e, sobretudo, a imagem da instituição.

O documento já está em mãos do relator da comissão, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). Embora mencione a necessidade da contratação de técnicos concursados, em nada lembra algum tipo de fisiologismo ou apadrinhamento, até pela variedade de cabeças políticas que o assinam — que vão de estrelas em ascensão nas esquerdas, como Aloizio Mercadante (PT-SP), a veteranos expoentes do conservadorismo, caso de Amarral Netto (PDS-RJ), de líderes "nacionalistas" tradicionais, como Miguel Arraes (PSB-PE), a ex-ministros econômicos do regime militar, caso de Delfim Netto (PDS-SP) e Roberto Campos (PDS-RJ), passando por deputados como Feldman e Mellão ou a atuante Rita Camata (PMDB-ES).

As atividades-fim da Câmara — legislação e fiscalização — são obviamente exercidas diretamente pelos deputados. De forma indi-

reta, porém, a atividade legislativa, lembra o documento, é exercida pelo chamado Sistema de Consultoria e Assessoramento Institucional Unificado, que abrange um Conselho de Altos Estudos de Avaliação Tecnológica (ainda não implantado) e a Assessoria Legislativa. A atividade de **fiscalização** é apoiada por outra assessoria, a de Orçamento e Fiscalização Financeira. (Não se confundam os serviços de assessoramento com os de apoio burocrático e político dos diversos gabinetes, prestados por secretários parlamentares, funcionários de confiança dos deputados, sem estabilidade no emprego.)

As distorções existentes no Legislativo ficam claríssimas quando se constata que, do exército de sete mil funcionários da Câmara, somente exatos 131 são assessores legislativos e de orçamento e fiscalização financeira. Ou seja, 98,2% do total de servidores da Câmara são burocratas, envolvidos nas chamadas atividades-meio, e apenas 1,8% são técnicos especializados, que devem apoiar o trabalho da Mesa, das comissões e dos deputados em centenas de áreas sobre as quais a Casa deve legislar, de política nuclear a habitação, de meio ambiente a educação.

Assim, não há exagero em dizer que, proporcionalmente, prefeituras de cidades como Jacarezinho (PR) ou Peruíbe (SP) estão mais bem aparelhadas em matéria de assessoria técnica do que a casa de representantes do povo. São dez os núcleos temáticos de assessoria hoje existentes na Câmara (o documento propõe, corretamente, sua ampliação para 20 áreas, correspondentes às de um concurso público feito em 1990, cujos aprovados ainda não foram integralmente aproveitados). Como exemplo, vale pinçar um desses núcleos, o de meio ambiente: tem precisamente dois assessores técnicos. Enquanto isso — e só para comparar —, o Ibama, do governo federal, dispõe de cerca de 600 especialistas, sem contar os 26 órgãos estaduais dedicados ao meio ambiente (o de São Paulo, a Cetesb, tem meio milhão, a Feema, do Rio, pouco menos, e por aí vai).

Ou seja, do jeito que está, o Legislativo não tem condições nem de legislar, nem de fiscalizar. (Aborda-se aqui a Câmara, mas a situação do Senado não é muito melhor.) Como diz o documento dos deputados em poder de Nelson Jobim: "Não é de estranhar que apenas 12% das leis federais promulgadas em 1990 tenham tido origem em projetos do Congresso, com o Executivo produzindo 87% dos projetos de lei aprovados (sete vezes mais que o Congresso)". É, pois, preciso armar, tecnicamente, o poder desarmado.

□ Ricardo A. Setti é editor-chefe do Estado

